

# folha de rosto

Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação

## Qual a cor da Biblio? Estudo racial do quadro de discentes do curso de Biblioteconomia do Centro-Oeste brasileiro

*Geisa Müller de Campos Ribeiro*

Doutoranda em Comunicação, Mídia e Cultura, pela Universidade Federal de Goiás (UFG/PPGCOM). Mestre em Comunicação e Bacharela em Biblioteconomia, pela UFG.

[geisamuller@hotmail.com](mailto:geisamuller@hotmail.com)

*Suely Henrique de Aquino Gomes*

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UNB). Professora titular da Universidade Federal de Goiás (UFG/PPGCOM).

[suelyhenriquegomes@gmail.com](mailto:suelyhenriquegomes@gmail.com)

*Hevellin Estrela*

Mestranda em Comunicação, Mídia e Cultura, pela Universidade Federal de Goiás (UFG/PPGCOM) e Bacharela em Biblioteconomia, pela UFG.

[hevellinestrela@gmail.com](mailto:hevellinestrela@gmail.com)

*Júlio Heber Camargo Silva*

Bacharel em Biblioteconomia, pela Universidade Federal de Goiás (UFG).

[julioheber@yahoo.com.br](mailto:julioheber@yahoo.com.br)



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição- NãoComercial-Compartilhalqual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/).

### Resumo

A pesquisa tem como objetivo investigar o perfil racial do quadro discente dos cursos de Biblioteconomia da região Centro-Oeste do Brasil. Além disso, identificar comparativamente o número de pretos(as), pardos(as) e brancos(as) e discutir a inclusão da população negra nas instituições analisadas; verificar o quantitativo de abandono entre os grupos; apresentar o quantitativo de pretos(as) e pardos(as) segundo o sexo, a idade e sua procedência de ingresso, se escola pública privada. Trata de pesquisa quantitativa e exploratória. A análise é baseada nos Microdados do Censo do Ensino Superior 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foram considerados os alunos(as) ingressantes nos cursos de biblioteconomia da região Centro-Oeste nos anos 2015 a 2017. O ano de 2015 foi estabelecido como ponto de referência, uma vez que foi a partir daí que as IES aderiram ao ENEM e SISU. Os principais resultados apontaram que os discentes de Biblioteconomia da região Centro-Oeste do Brasil são compostos em sua maioria pela população negra do sexo feminino e por jovens oriundos de escolas públicas.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Biblioteconomia. Relações raciais.

*What is the color of librarianship? Study of the racial profile of students from the Brazilian Midwest graduation courses of librarianship*

### Abstract

The research aims to investigate the racial profile of newcomers in the librarianship courses of Federal Public Higher Education Institutions (IFES) located in the Midwest region of Brazil. In addition, having as a parameter the enactment of the Higher Education Quota Law no.12711/2012 (an affirmative action policy), it is proposed to comparatively identify the number of blacks, browns and whites and discuss the inclusion of the black population in the analyzed institutions; verify the amount of abandonment between the groups; present the amount of blacks and browns according to gender, age and origin of admission, whether public or private school. It deals with quantitative and exploratory research. The analysis is based on the 2017 Higher Education Census Microdata of the Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research. It was considered the Students entering the midwestern librarianship courses in 2015-2017. The year 2015 was established as a point of reference, as it was from there that a significant number of IFES joined ENEM and SISU. The main results pointed out that the students of library science in the Midwest region of Brazil are mostly composed of the black population, composed of young from public schools.

**Keywords:** Affirmative actions. Librarianship. Race relations.

## 1 Introdução

O Brasil é um país desigual e discriminatório. Entre 143 países, ocupa a 10ª posição no ranking da desigualdade, segundo o Relatório global de Desenvolvimento Humano de 2016 do PNUD (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2017). A população negra está, historicamente, entre a parcela da população social, economicamente e juridicamente desfavorecida, como será apontado no próximo tópico do presente artigo.

Soma-se a isso, a baixa qualidade do ensino fundamental e média das escolas públicas brasileiras, o que torna o acesso ao ensino superior extremamente desigual. A Situação de exclusão, discriminação e extrema desigualdade racial também aparecem quando a cruzamos com outras variáveis como moradia, acesso à saúde, lazer, dentre outros parâmetros. Estes dados contrapõem-se claramente ao Artigo 3º, Inciso III da Constituição Brasileira de 1988 que estabelece como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (BRASIL, 1988).

É consenso entre os estudiosos do assunto, que a superação da extrema desigualdade e injustiça entre branco(as) e pretos(as) passa necessariamente pelo acesso ao ensino de qualidade em todos os níveis de escolaridade – do fundamental ao superior. Tendo essa certeza como baliza, e como fruto do fortalecimento do movimento negro no país em sua luta pela estruturação de políticas públicas de ações afirmativas, o Brasil promulgou, em agosto de 2012, a Lei nº 12.711<sup>1</sup> que reserva 50% das matrículas por curso e turno nas Universidades e Institutos Federais de ensino superior para candidatos(as) autodeclarados(as) pretos(as), pardos(as) e indígenas ou pessoas com deficiência, observadas a proporcionalidade desses grupos na população das unidades federativas de funcionamento da instituição. Em caso de vagas remanescentes, as mesmas deverão ser destinadas aos estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (BRASIL, 2012).

A partir dessas notas introdutórias, a pesquisa procura responder a seguinte problemática: Qual o quantitativo da população negra do quadro discente dos cursos de Biblioteconomia nos Estados de Goiás, Mato Grosso e no Distrito Federal? Interessamos, portanto, investigar, em decorrência da Lei 12.711/2012, a composição racial do quadro discente dos cursos de Biblioteconomia da região Centro-Oeste do Brasil.

A partir dessa questão, estabelecem-se os seguintes objetivos específicos: Identificar comparativamente o número de pretos(as), pardos(as) e brancos(as) e discutir a inclusão da população negra nas instituições analisadas; verificar o quantitativo de abandono entre os grupos; apresentar o quantitativo de pretos(as) e pardos(as) segundo o sexo, a idade e sua procedência de ingresso, se escola pública ou privada

A pesquisa estabelece como recorte temporal, alunos(as) ingressantes no curso de Biblioteconomia a partir do ano de 2015 a 2017 que apresentam a situação cursando. Os dados foram obtidos nos Microdados do Censo do Ensino Superior de 2017 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Com base na análise, pretende-se ampliar o conhecimento sobre o potencial de inclusão sócio racial nos cursos de Biblioteconomia das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Os resultados aqui apresentados possibilitam, de certa forma, afirmar a efetividade na política de cotas raciais para democratização do acesso ao ensino superior pela população negra historicamente discriminada. A pesquisa se justifica também, por haver poucos estudos sobre o perfil do aluno ingressante de Biblioteconomia e da necessidade e urgência de fomentar e dar visibilidade a população negra, que caminha contra situações de preconceito e de discriminação para acesso e permanência no ambiente universitário. Entende-se que abordar tal temática é essencial na luta antirracista.

1 Tramita no Congresso o Projeto de Lei 1531/19 que altera a Lei de Cotas (12.711/12). A proposta é eliminar o critério racial de reserva de vagas nas instituições federais de ensino superior, em favor das cotas social e para pessoas com deficiência.

A realização da pesquisa na Região Centro-Oeste se justifica pelo fato da proximidade dos pesquisadores e porque configura somente um recorte inicial de uma pesquisa maior e em desenvolvimento que visa apresentar o quadro brasileiro completo dos perfis socioeconômico e demográfico dos ingressantes dos cursos de Biblioteconomia a partir de 2018.

## 2 Ação afirmativa: cota racial para expansão e acesso ao ensino superior

Do ponto de vista histórico, o acesso ao ensino superior no Brasil sempre foi marcado pela desproporção entre oferta e demandas por vagas. O fortalecimento das instituições públicas e a descentralização universitária, ou seja, a expansão da oferta de ensino só foi possível em 2007 com a implantação do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)<sup>2</sup> que elevou para 90% a taxa de conclusão dos cursos de graduação presencial e oportunizou melhor aproveitamento da estrutura física e dos recursos humanos existentes nas Universidades (PAVÃO; CASTRO, 2017).

Tradicionalmente, o ingresso dava-se por processos seletivos (vestibulares) que abordavam conteúdos vistos pelos estudantes ao longo do Ensino Médio e Fundamental. Contudo a adoção do ENEM por parte da maioria das IFES, através do processo de seleção viabilizado pelo SISU para a entrada de novos estudantes, tem se consolidado como um novo paradigma de democratização ao acesso desse ensino, uma vez que, é esse o modelo único de provas utilizado para ingressar na maioria delas.

Apesar de todo percurso de reforma e expansão do sistema de ensino superior do Brasil ao longo dos anos, as desigualdades com relação às oportunidades educacionais sempre estiveram presentes, principalmente o acesso da população negra. São diversas as pesquisas (BRANDÃO, 2007; IENSUE, 2009; MUNUNGA; GOMES, 2006) que apontam, por meio de delineamentos históricos, afirmações sobre a vulnerabilidade de pretos(as) e pardos(as) no Brasil sob o ponto de vista socioeconômico que os exclui, inclusive, do sistema educacional.

Com base nos dados da pesquisa A distância que nos une (OXFAM BRASIL, 2017, p. 24), entre as pessoas que recebem até 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros brasileiros, em contraste com menos de 45% dos brancos. Cerca de 80% das pessoas negras ganham até dois salários mínimos. Assim como as mulheres, os negros são menos numerosos em todas as faixas de renda superiores a 1,5 salário mínimo, e para cada negro com rendimentos acima de 10 salários mínimos, há quatro brancos.

Este cenário só afirma as desigualdades e as práticas discriminatórias vivenciadas pela população negra brasileira, não apenas como herança do passado, mas de suas reproduções e realimentações na atualidade.

A verdade é que o debate sobre as políticas de ação afirmativa parte deste quadro de desigualdades acumuladas e reproduzidas que podem ser observadas em diversos setores como mercado de trabalho, saúde, esporte, entre outros. A educação nesse sentido, ocupa posição de destaque.

A fim de minimizar este cenário em diversas instâncias, inclusive no ensino superior, muitos tem sido os enfrentamentos e discussões dos movimentos negros para a aplicação de políticas públicas efetivas.

É neste sentido que as ações afirmativas se apresentam como essenciais para “estratégias promocionais capazes de estimular a inserção e inclusão de grupos socialmente vulneráveis nos espaços sociais”, possibilitando o debate e reflexões acerca do racismo e da discriminação racial conforme diz Piovesan (2008, p. 890).

Pode-se dizer que as ações afirmativas compreendem programas específicos de proteção ou incentivo a grupos de indivíduos para promover maior nível de equiparação com os demais objetivando acelerar o processo de igualdade por parte de grupos socialmente vulneráveis, como as minorias étnicas raciais. A mesma autora ainda argumenta que as ações afirmativas devem

<sup>2</sup>Programa implementado a partir do Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm)>

ser compreendidas pelo prisma retrospectivo (sentido histórico), e, também, pelo prospectivo, a fim de fomentar a transformação social, criando uma nova realidade (PIOVESAN, 2008).

Dentre a diversidade dos instrumentos e das modalidades de ações afirmativas, as cotas se constituem como uma forma de corrigir as desigualdades de oportunidades, marcadas por anos de negação da existência do racismo no Brasil. Como demanda antiga do movimento negro, passa a ser adotada em diversas Universidades Federais com a Lei nº 12.711 de 2012, regulamentada pelo Decreto nº 7.824 de 2012, que define que as Instituições Federais de ensino superior e de ensino técnico de nível médio vinculadas ao Ministério da Educação devem reservar 50% de suas vagas para pretos(as), pardos(as) e indígenas.

Segundo lensue (2009, p. 171) “as cotas representam um aspecto ou uma possibilidade de ação afirmativa, que induz ao reconhecimento do problema da desigualdade e a necessidade de implementação de uma ação concreta, que garanta os direitos ao trabalho, à educação, à promoção profissional, às pessoas em situação de inferioridade social”.

### 3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa conduzida é de abordagem quantitativa e de caráter exploratório. Os dados analisados são aqueles dos Microdados do Censo da educação Superior de 2017<sup>3</sup> disponibilizado pelo INEP<sup>4</sup>. A partir desses Microdados considerou-se apenas os alunos(as) que ingressaram no curso nos anos 2015, 2016 e 2017<sup>5</sup>.

Os dados foram coletados em formato csv, tratados e normalizados através de linguagem Python. Para visualização dos dados foi utilizado planilha Excel.

Devido aos objetivos, a pesquisa restringiu-se somente a pretos(as), pardos(as) e brancos(as) não considerando as raças indígena e amarela<sup>6</sup>. As variáveis consideradas para a análise foram: instituição, raça, sexo, ano de ingresso, idade, situação no curso (desvinculado, matrícula trancada e cursando).

A região de estudo é a Centro – Oeste, composta pelos Estados de Goiás (Universidade Federal de Goiás - UFG), Mato Grosso (Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT) e o Distrito Federal (Universidade de Brasília - UnB).

### 4 Análise e Discussão dos Dados

Os dados obtidos dos Microdados do Censo da Educação Superior do INEP oportunizaram compreender quantitativamente o perfil dos discentes de Biblioteconomia<sup>7</sup> da região Centro-Oeste do Brasil segundo cor, sexo, idade e ingresso de escola pública ou privada (quadros 1, 2 e 3):

**Quadro 1** – Total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UnB

UnB		COR			
Data ingresso	Total	Preto(a)	Pardo(a)	Branco(a)	Não declararam
2015	56	10	10	16	20
2016	63	10	25	17	11
2017	72	4	32	21	15
<b>Total</b>	<b>191</b>	<b>24</b>	<b>67</b>	<b>54</b>	<b>46</b>

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

<sup>3</sup> Durante a realização da pesquisa os dados do censo de 2018 ainda não haviam sido disponibilizados pelo INEP.

<sup>4</sup> Informação disponível em: <http://portal.inep.gov.br/microdados>

<sup>5</sup> 2015 foi tomado como marco uma vez que foi a partir desse ano que houve uma adesão significativa ao ENEM e SISU.

<sup>6</sup> É importante destacar que este recorte não possui intenções excludentes e de preconceito, mas está direcionado aos objetivos da pesquisa e números de representatividade.

<sup>7</sup> Considerados alunos(as) com a situação “cursando”

Na UnB é possível verificar o total de 191 alunos(as) matriculados(as) nos anos de 2015, 2016 e 2017. Destes anos, tem-se o total de 24 alunos(as) pretos(as) e 67 alunos(as) pardos(as). Os pretos(as) seguem o mesmo quantitativo nos anos de 2015 e 2016, mas apresentam uma queda no ano de 2017. Entre os pardos(as) houve um aumento de 150% no ano de 2015 para o ano de 2016 e um crescimento de 28% de 2016 para o ano de 2017. A população negra<sup>8</sup> representa 47% (91) em relação a quantidade total de brancos 28% (54). Esta também é a instituição que retrata maior número de alunos(as) que são pretos(as).

A autodeclaração racial constitui um documento assinado pelo candidato para afirmar sua identidade étnico-racial. Por meio dos dados, constata-se que o número de pessoas que não declararam sua cor corresponde a 24% (45) e 76% (145) que declararam. Estes números são significativos e a UnB corresponde a instituição onde há um maior número de não declarantes. Cabe reforçar que a autodeclaração racial é importante para a construção de políticas públicas e para consolidação de indicadores que traduzem os efeitos dos fenômenos sociais e das desigualdades sobre os diferentes segmentos populacionais.

Já na UFMT, o quadro 2 apresenta o total de 72 ingressantes na soma dos anos de 2015, 2016 e 2017.

**Quadro 2** – Total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UFMT

UFMT	Data ingresso	Total	COR			
			Preto(a)	Pardo(a)	Branco(a)	Não declararam
	2015	16	2	11	3	0
	2016	23	3	10	10	0
	2017	33	3	17	13	0
	<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>8</b>	<b>38</b>	<b>26</b>	<b>0</b>

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Os pretos(as) representam um quantitativo baixo em relação as demais classificações, somando-se total de 8 alunos(as) (11%) e com o aumento somente de 2 alunos(as) nos anos de 2016 e 2017. A população negra representa o total de 46 alunos(as), o que configura 64% maior do que a quantidade de brancos, 36% (26). Identifica-se também que esta instituição apresenta a menor quantidade de pretos(as) ingressantes de todas as instituições do Centro-Oeste, mas assim como a UnB, aponta aumento tanto para pardos(as) e brancos(as) entre os anos.

Na UFG, observa-se o total de 118 alunos(as) ingressantes, conforme quadro 3.

**Quadro 3** – Total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UFG

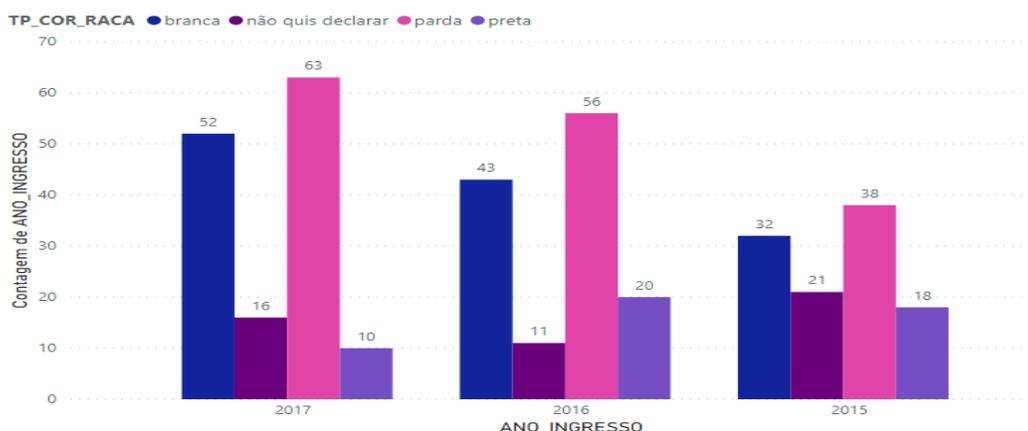
UFG	Data ingresso	Total	COR			
			Preto(a)	Pardo(a)	Branco(a)	Não declararam
	2015	37	6	17	13	1
	2016	45	7	21	16	0
	2017	36	3	14	18	0
	<b>Total</b>	<b>118</b>	<b>16</b>	<b>52</b>	<b>47</b>	<b>1</b>

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Destes, somente 16 são pretos(as), ou seja, 13%. A população preta e parda representa 58% (68), 18% maior que o total da população branca (40%). Identifica-se que há o aumento de 1 aluno(a) preto(a) em 2016, mas uma queda significativa em 2017.

No gráfico 1 é possível verificar o total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UNB, UFMT e UFG.

<sup>8</sup> Considera-se os pretos(as) e pardos(as)

**Gráfico 1 - Total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UnB, UFMT, UFG**

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017).

**Quadro 4 – Total de ingressos entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UnB, UFMT, UFG**

Total / UNB, UFMT, UFG	Pretos(as)	Pardos(as)	Brancos(as)	Não declararam
381	48	157	127	48

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Nos dados apresentados no quadro 4 e gráfico 1, verifica-se que o percentual da população negra, 53% (205) é maior do que a da população branca 33% (127), ou seja, a população negra representa a maioria dos ingressantes nos cursos de Biblioteconomia da Região Centro-Oeste entre os anos de 2015, 2016, 2017. Acredita-se que este número está vinculado às cotas raciais que compreendem uma das ações afirmativas para a expansão e acesso ao ensino superior. Pode-se dizer que estas ações possibilitam de forma significativa, conforme dados apresentados, a inclusão e equiparação de grupos socialmente vulneráveis na universidade.

Segundo o Censo de 2010<sup>9</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os pretos(as) e pardos(as) representavam mais de 50% da população brasileira. O Brasil contava com população de 191 milhões de habitantes, dos quais 91 milhões se classificavam como brancos (47%), 15 milhões como pretos (7,6%), 82 milhões como pardos (43,1%). Esses dados diferem dos obtidos em 2000 apresentando uma redução da proporção de pessoas que se declararam branca e o crescimento das que se declararam pretas(os) e pardas(os). Estas variáveis podem estar relacionadas ao processo de afirmação da identidade negra no que tange a autodeclaração ético-racial, ou seja, os dados apontam maior reconhecimento identitário na medida em que o debate da identificação racial ganha força na sociedade.

Outro aspecto importante de ser analisado é o quantitativo de trancamentos e desvinculo de ingressantes pretos(as), pardos(as) e brancos(as) do curso de Biblioteconomia no período de 2015 a 2017 (quadro 5)

**Quadro 5 – Trancamento e desvinculo entre pretos(as), pardos(as) e brancos(as) na UNB, UFMT, UFG**

Pretos(as)		Pardos(as)		Brancos(as)	
UnB	3	UnB	8	UnB	11
UFMT	1	UFMT	13	UFMT	11
UFG	1	UFG	14	UFG	13
<b>Total: 40</b>				<b>Total: 35</b>	

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Os dados mostram que o número de trancamentos e desvinculo do curso é ligeiramente maior entre a população negra. Estudos indicam que são diversos os motivos de trancamento e desistência nos cursos superiores. Dentre eles destacam-se a necessidade de trabalho e a falta de identificação com o curso.

<sup>9</sup> Último Censo publicado. A versão mais atual sairá em 2020.

Uma das grandes discussões que tem permeado o ensino superior, além do acesso, está na taxa de evasão dos alunos(as), ou seja, sua saída de maneira definitiva ou temporária por motivos econômicos e sociais. Assim, considerando as dificuldades de permanência, em 2007 o governo federal instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que possui como objetivo diminuir as taxas de retenção e evasão, diminuir as desigualdades sociais e regionais e promover a inclusão social.

#### 4.1 Sexo de pretos(as) e pardos(as)

A análise dos dados possibilitou observar o sexo da população negra de ingressantes do estudo nos anos de 2015, 2016, 2017 nas 3 instituições, conforme quadros 6 e 7 abaixo:

**Quadro 6 – Sexo de pretos(as) na UnB, UFMT, UFG**

Universidade	Feminino	Masculino
UnB	10	14
UFMT	7	1
UFG	12	4
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>19</b>

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Nota-se que a quantidade feminina preta é maior em relação a quantidade masculina preta. O sexo masculino representa maioria na UnB, ficando a UFG em segundo e a UFMT em último lugar, somente com 1 ingressante durante os 3 anos analisados. Já o sexo feminino, a UFG classifica-se em primeiro lugar com 12 representantes, UnB em segundo com 10 discentes e UFMT em terceiro com 7 alunas. Verifica-se que a quantidade de ingressantes do sexo feminino é maior que o masculino, reforçando o estereótipo da profissão como tipicamente feminina.

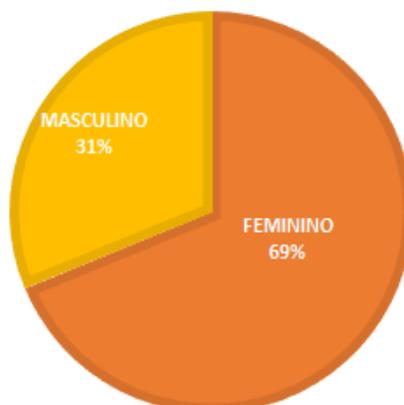
**Quadro 7 – Sexo de pardos(as) na UnB, UFMT, UFG**

Universidade	Feminino	Masculino
UnB	50	17
UFMT	25	13
UFG	37	15
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>45</b>

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Na análise em relação a declaração de raça parda, verifica-se que a UnB possui maior quantidade de ingressantes do sexo feminino, sendo total de 50, a UFG em segundo com 37 ingressantes e a UFMT em último com 25. Já em relação ao sexo masculino a UnB também representa maioria, a UFMT em segundo lugar com 13 ingressantes e a UFG em último com 15. Identifica-se que o sexo feminino é maior em relação a quantidade masculina.

**Gráfico 2 – Pretos e Pardos por sexo**



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2017).

Por meio do gráfico 2 é possível perceber que a quantidade do sexo feminino da população negra na biblioteconomia é maior, somando-se total de 141 ingressantes, ou seja, o sexo masculino representa 31% do total de mulheres, 69%. Essa afirmação,

de certa forma, concorda com o “senso comum” na área que considera a profissão majoritariamente feminina, e no caso da localidade da pesquisa, representa a maioria na Região Centro-Oeste.

É importante considerar que em 2015 no total das instituições, somavam-se 16 pessoas do sexo masculino. Em 2016 esse quantitativo aumenta para 19 e 2017 sobe para 29. Isso equivale dizer que durante os anos de 2016 e 2017 houve um aumento de 71,38%, em relação a 2015, o que mostra que o número de pessoas do sexo masculino tem aumentado nas instituições.

#### 4.2 Idade de pretos(as) e pardos(as)

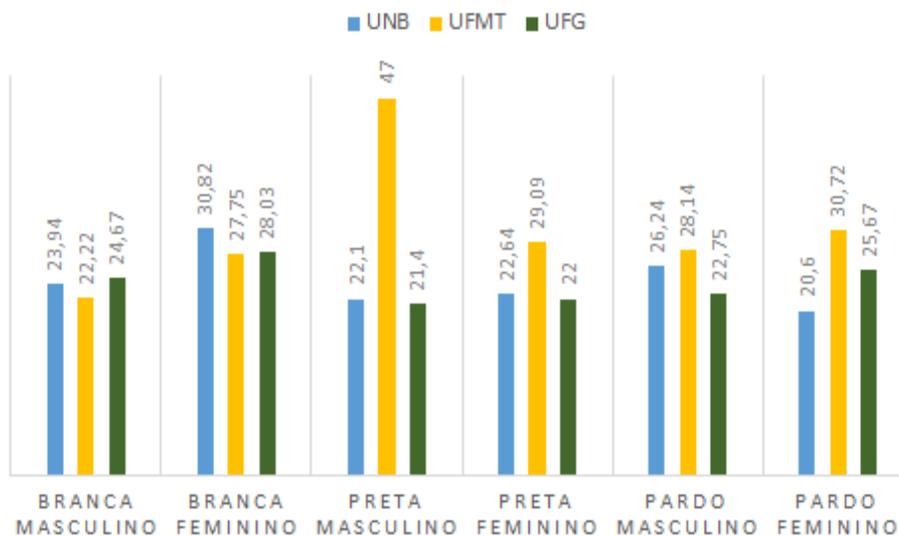
A idade dos ingressantes pretos(as) e pardos(as) dos anos de 2015, 2016 e 2017 possibilitou verificar algumas características do curso de biblioteconomia na região Centro-Oeste. Segue abaixo na tabela 8 e gráfico 3 a média de idade dos alunos(as) separado por instituição e distinção do sexo.

**Quadro 8 – Média por idade**

MÉDIA DE IDADE	BRANCA MASCULINO	BRANCA FEMININO	PRETA MASCULINO	PRETA FEMININO	PARDO MASCULINO	PARDO FEMININO
UnB	23,94	30,82	22,10	22,64	26,24	20,60
UFMT	22,22	27,75	47	29,09	28,14	30,72
UFG	24,67	28,03	21,4	22	22,75	25,67
MÉDIA TOTAL	23,61	28,86	30,16	24,57	25,71	25,66

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

**Gráfico 3 – Média de idade por raça e sexo**



Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Na cor branca de sexo masculino, a UFMT é a que apresenta a menor média de idade entre os ingressantes sendo de 22,22 anos. As demais instituições não possuem grande variação de idade. Entre o sexo feminino da mesma cor, a UFMT também é a que possui a menor média, mas apresenta 5 anos a mais na média quando comparada à masculina. Nesse recorte é interessante observar que a UnB possui a maior média idade, passando da faixa etária dos 30 anos.

Entre aqueles que se declararam pretos(as) a maior média de idade é da UFMT, mas vale ressaltar que ele é o único representante autodeclarado. Em relação as demais instituições, a média da idade é menor do que a raça branca. Já as do sexo feminino pretas, a menor média é da UFG com 22 anos, enquanto na raça branca para o sexo foi 28,03. A raça preta,

independente do sexo, é a que possui a menor média entre as instituições analisadas. O ponto fora da curva é o homem acima dos 45 anos, elevando a média, mas sendo também o único nessa classificação.

Quanto aos pardos(as) as médias das idades invertem a situação até aqui relatada. A instituição que possui a menor média é a UFG com 22,75 e a maior pertencendo a UFMT com a média de 28,14. Já para os pardos(as), a menor média, pertence a UnB de 20,6, sendo essa média a menor de todas as médias calculadas, estando aqui as mais jovens dos cursos das 3 instituições. E a maior média é a UFMT que tem 30,72, um contraste interessante de verificar a diferença de acesso à Universidade para o mesmo sexo e raça.

No decorrer do período analisado nota-se que os alunos(as) da Biblioteconomia estão ingressando mais jovens no curso. Acredita-se que em decorrência das alternativas de ingresso às universidades, os jovens têm iniciado o ensino superior cada vez mais cedo. Isso pode ser em decorrência da adoção do Enem por parte da maioria das IFES, por meio do processo de seleção viabilizado pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU) desenvolvido em 2009 pelo Ministério da Educação. O SISU vem apresentando uma crescente adesão, tanto dos estudantes, que buscam acesso ao ensino superior, quanto das instituições públicas, as quais passam a utilizá-lo no lugar do vestibular tradicional.

### 4.3 Ensino médio: ingressante de escola pública ou privada?

Pelos dados obtidos é possível verificar se a conclusão dos ingressantes do ensino médio é de escola pública ou privada, separado por instituição e pessoas pretas e pardas, conforme demonstrado no quadro 10 abaixo:

**Quadro 9 – Finalização do Ensino Médio - Pretos(as)**

<b>CONCLUSÃO ENSINO MÉDIO</b>		
	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
<b>UnB</b>	16	8
<b>UFMT</b>	8	0
<b>UFG</b>	10	6
<b>Total</b>	34	14

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Identifica-se, por meio da população preta que 34 ingressantes, que representa 71% concluíram o ensino médio em escolas públicas, e 14, representado por 29% originam-se de escolas privadas.

**Quadro 10 – Finalização do Ensino Médio - Pardos(as)**

<b>CONCLUSÃO ENSINO MÉDIO</b>		
	<b>Pública</b>	<b>Privada</b>
<b>UnB</b>	49	18
<b>UFMT</b>	2	36
<b>UFG</b>	37	15
<b>Total</b>	88	69

Fonte: Elaborado pelos autores(as).

Já para a população que se declarou parda, soma-se o total de 88 ingressantes de escolas públicas (56%) e 69 ingressantes (44%) de escolas privadas. Do total da população negra, temos então 122 ingressantes de escolas públicas e 83 de escolas privadas. A UFMT se destaca na quantidade de alunos(as) oriundos de escolas privadas (34).

## 5 Considerações Finais

Buscou-se por meio da pesquisa investigar a composição racial do quadro discente dos cursos de Biblioteconomia da região Centro-Oeste do Brasil por meio do recorte temporal os anos de 2015 a 2017. Também pretendeu-se por meio dos objetivos específicos, identificar comparativamente o número de pretos(as), pardos(as) e brancos(as) e discutir a inclusão da população negra nas instituições analisadas; verificar o quantitativo de abandono entre os grupos; apresentar o quantitativo de pretos(as) e pardos(as) segundo o sexo, a idade e sua procedência de ingresso, se escola pública ou privada.

De posse dos dados e com os seus cruzamentos, chegou-se à identificação de vários aspectos importantes sobre o perfil dos discentes ingressantes nos cursos de Biblioteconomia.

Os dados demonstraram que a Biblioteconomia da região Centro-Oeste do Brasil é composta em sua maioria pela população negra. Essa afirmação evidencia que os números apontados podem estar vinculados as cotas raciais, que tem oportunizado a equiparação e inclusão da população negra no ensino superior e que há um aumento ao longo dos anos da população parda. Há indicativos de um processo de aceitação de si mesmo, de reconhecimento da identidade por meio da autodeclaração racial e talvez um dos maiores desafios das universidades seja garantir a permanência dos alunos(as).

A discussão sobre a evasão no ensino superior tem se tornado frequente e complexa nos últimos anos. Segundo a pesquisa, os dados exibem que o número de trancamentos e desvinculação do curso é ligeiramente maior entre a população negra e os motivos podem ser diversos, como a necessidade de trabalho e falta de identificação com o curso. Por essa razão são necessárias políticas públicas eficazes que incluam auxílios aos estudantes e o desenvolvimento de estratégias que ampliem e promovam a integração social e acadêmica dos(as) alunos(as).

Observou-se também que o número de pessoas do sexo feminino da população negra é maior, e concorda com “senso comum” da área que considera a biblioteconomia como profissão majoritariamente feminina. Apesar dos dados confirmarem essa realidade no Centro-Oeste, verificou-se que o quantitativo de pessoas do sexo masculino tem aumentado durante os anos.

Do total de pardos(as) e pretos(as), a maioria declarou ser oriunda de escola pública. Mas os dados apresentam um quantitativo relativamente próximo das declarações de escola privada.

A pesquisa revelou ainda que o ingresso de jovens está cada vez mais cedo no ensino superior. Essa constatação pode ser decorrente das alternativas de ingresso às universidades, como o processo de seleção viabilizado pelo SISU.

Os dados retratam sinais de que a Lei promoveu nos anos estudados maior inclusão social ao ampliar a inserção da população negra no ensino superior no Centro-Oeste, apesar das diversas discussões polêmicas em relação a autodeclaração racial e a própria política de cotas. De fato, as cotas como um dos mecanismos de ação afirmativa, têm oportunizado a democratização do acesso e rompe com o caráter historicamente excludente das universidades. Talvez uma das maiores dificuldades das universidades esteja em garantir a permanência dos alunos(as).

Considera-se que os objetivos do estudo foram alcançados e cabe registrar que esta pesquisa sinalizou indicativos para investigações futuras sobre o tema com novos cruzamentos, já que esta configura um recorte inicial de uma pesquisa maior em desenvolvimento com delineamento de todas as regiões do Brasil.

## Referências

- BRANDÃO, André Augusto (Org). **Cotas raciais no Brasil**: a primeira avaliação. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro de Documentação e Informação, 1988. Disponível em: [https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes\\_Brasileiras/constituicao1988.html](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao1988.html) Acesso em: 3 out. 2019.
- BRASIL. **Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm) Acesso em: 28 set. 2018.
- IENSUE, Geziela. **Políticas de cotas raciais em Universidades brasileiras**: entre a legitimidade e a eficácia. 2009. 295 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. 2009. Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/02/942.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2016**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse> Acesso em: 22 out. 2019.
- MUNUNGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório anual 2016**: caminhando para o futuro que queremos. [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/publicacoes/relatorio-pnud-2016.pdf> Acesso em: 12 out. 2019.

OXFAM BRASIL. **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: OXFAM Brasil, 2017. Disponível em: <http://relatoriosdinamicos.com.br/mulheres/publicacoes>. Acesso em: 12 out. 2019.

PAVÃO, Augusto Carlos; CASTRO, Celeneh Rocha de. O desempenho acadêmico dos estudantes cotistas e não cotistas no contexto inclusivo da Lei 12.711: uma análise comparativa na Universidade Federal Rural do Semi-Árido. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Passo Fundo, v. 3, n. 3, p. 54-79, jul./set. 2017. DOI: <https://doi.org/10.18256/2447-3944.2017.v3i3.1998> Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1998> Acesso em: 12 out. 2019.

PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3., p. 887-896, set./dez. 2008. Disponível em: <http://ref.scielo.org/fckbpx> Acesso em: 13 out. 2019.

Artigo submetido em: 01/11/2019

Aceito em: 31/12/2019.

---

**UFCA** UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CARIRI

Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Mestrado Profissional em Biblioteconomia



Este periódico é uma publicação do [Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia](#) da [Universidade Federal do Cariri](#) em formato digital e periodicidade semestral.